

CÁSSIO JUVENAL FARIA

PROCURADOR DE JUSTIÇA APOSENTADO

INGRESSO NO MPSP: 18/11/1971 E SAÍDA 28/05/1998

APMP: Por que o senhor escolheu a carreira de promotor de Justiça?

Eu completei a faculdade em SP e trabalhava em um escritório de advocacia, e logo que completei o curso houve um concurso de ingresso para o MP –foi aberto logo em seguida- e muita gente da minha classe comentava sobre o MP e manifestava interesse, eu fazia parte desse grupo. Não tínhamos uma ideia muito clara do que seria esta função. Mas, todos nós nos inscrevemos no concurso e acabamos, salvo engano, da minha classe foram sete que passaram no concurso, 36 aprovados.

APMP: O senhor entrou em 1971. Como era o MP naquela época?

Era outra coisa completamente diferente, me recordo que o quadro total do MP somando promotores e procuradores era de 624 no total, eu sei esse numero porque eu era o 624, eu era promotor substituto e o critério para colocação na ordem de antiguidade era idade, e eu era o mais novo da turma. E o meu número da carteira funcional era 624. Que era o quadro geral do MP.

APMP: Em 1971, como substituto, o senhor foi para qual comarca?

Minha sede inicial foi Campinas, de lá fui removido para a sede de circunscrição de Rio Claro e depois de um ano fui promovido, assumi a promotoria de Aurifloma, em 1972. Eu sempre fui um promotor que residiu na morei na Comarca, morei quatro anos.

Apesar da distancia, uma cidade pequena, deu para exercer a minha função de promotor. Acabei ficando lá. Confesso que realmente, embora eu não tivesse bem certeza do que eu ia fazer na minha profissão, em poucos meses eu estava convencido de que aquele era o meu lugar. Onde fiquei a vida toda, na carreira do MPSP. Estava convencido. Alguns colegas foram para a magistratura. Mas eu defini logo a minha vocação.

APMP: Nessas comarcas que o senhor passou: alguma lembrança?

Em Auriflamma não havia qualquer forma de comunicação. O telefone era magneto e tinha que pedir ligação com 24 horas de antecedência, para falar com São Paulo tinha que entrar em uma fila. A cidade mais próxima era Araçatuba, mas não havia asfalto, de tal forma que quando chovia era absolutamente intransitável. O acesso à outra cidade grande que era Rio Preto era asfaltado, mas era muito longe. Então, o promotor morando na Comarca e vivendo a realidade dos próprios moradores acaba criando um vínculo muito próximo com essas pessoas.

APMP: O senhor tinha um bom relacionamento com essas pessoas até mesmo com a política local?

A política era muito acirrada, como qualquer cidade pequena. Havia uma exigência de ter uma sensibilidade muito clara com o trato das coisas políticas para não mostrar propensão para este ou aquele lado. Graças a Deus sobrevivi os quatro anos.

APMP: Como era o relacionamento do jovem promotor com os políticos da época?

Na época em que eu exerci as funções como promotor os aspectos ligados especificamente à improbidade administrativa ainda não havia uma legislação a respeito, 1971, o sistema judiciário jurídico não era vigente, não havia efetivamente uma atuação, não existia inquérito civil. Olhando pela realidade hoje, acredito que esta crítica que se faz através da imprensa e pela própria atuação dos políticos buscando de alguma forma bloquear a atuação do MP, não tem razão de ser. Não acredito que o fato dos promotores serem jovens signifique que eles, por causa disso, vão agir de forma imatura. Pelo contrario, tomo como meu exemplo, se me permite, eu ingressei bem jovem, com 23 anos de idade. Não acredito que o fato de ter uma idade esta ou aquela seja um reflexo necessário da sua maturidade para exercer a função. Em face da seriedade do processo seletivo que sempre existiu, do histórico no MP, as pessoas que ingressam são pessoas capacitadas, e tenho certeza, presumidamente, ainda que exerça uma atividade que possam descontentar com a política, elas estarão fazendo presumidamente em busca de atingir o interesse público. A crítica é natural das pessoas que se sentem atingidas. Nós temos que ter uma polícia bem remunerada e um MP independente e atuante.

APMP: como foi a sua passagem da primeira para a segunda instância?

Eu fiz a carreira no interior, morando nas Comarcas, sempre, depois de quatro anos em Aurifloma fui promovido para Penápolis, fiz a segunda entrância lá, depois fui promovido para Bauru, na terceira entrância, promotoria do júri e execuções criminais, entre outras execuções variadas. Depois de dois anos em Bauru, em um período de férias forenses fui chamado pelo procurador-geral de Justiça, o doutor João Severino de Oliveira Peres, me chamou a São Paulo, porque durante o período de férias forenses, havia necessidade de alguns promotores pudessem assumir em substituição para as chamadas curadorias de mandados e segurança, eu já era mais velho, me chamou e pediu para que eu trabalhasse nas férias. Ao final deste período, ele me indagou se eu tinha gostado da função. Acabei me inscrevendo e vim para São Paulo, e fui para a curadoria de Mandados de Segurança. Mas fiquei pouco tempo, porque foi à época do início da autonomia do MP, após a Lei Complementar 40 de 1981, que o MP ganhou autonomia administrativa desvinculou-se da Secretaria da Justiça e foi instalada a diretoria-geral do MP. E o PGJ me designou para fazer a Assessoria Jurídica da diretoria-geral, a princípio sem prejuízo da designação de Mandados de Segurança. E passei a atuar na administração. Depois passei a assessoria da procuradoria-geral: fiquei como assessor do doutor Paulo Salvador Frontini e depois do doutor Claudio Ferraz Alvarenga. Desenvolvi uma atuação na assessoria do doutor Claudio, na época só o PGJ era legitimado as representações interventivas por inconstitucionalidade e Lei Municipal, na parte legítima, fiquei nesta área três anos no gabinete. Ao cabo deste período fui promovido a procurador de Justiça. Assumi a procuradoria criminal.

APMP: novos desafios?

Mas imediatamente, digamos, enveredei para o campo político. Logo após eu ter sido promovido a procurador já houve uma eleição para o CSMP e eu me candidatei, fazia parte de uma chapa e tive a felicidade de ter sido escolhido pelos colegas. Assumi o primeiro mandato do CSMP, cumpri três mandatos ao todo. Ao final, quando o doutor José Emmanuel Burle Filho assumiu a procuradoria ele me convidou e eu assumi a função de chefe de gabinete. Função esta cuja estrutura jurídica, eu como assessor havia montado, quando fui designado pelo doutor Pedro Franco de Campos. Fiquei na chefia de gabinete, após ter cumprido os mandatos do CSMP, fui duas vezes membro eleito do Órgão Especial. Ao final, nos lançamos numa campanha política, num grupo que era formado pelo doutor Luiz Cesar Gama Pellegrini, pelo doutor Walter Paulo Sabella e por mim, lançamos uma chapa em oposição ao procurador-geral de Justiça, concorreremos à eleição, talvez tenha sido a eleição com o maior numero de candidatos, foram seis.

APMP: Como foi esta campanha?

Uma campanha difícil, corremos o Estado todo. Tínhamos uma proposta política, no sentido de que, como a época o procurador-geral havia sido nomeado pelo governador do Estado, não tendo sido o mais votado na lista, o procurador-geral em exercício era o doutor Burle, ele concorreu a sua eleição, foi o mais votado, mas o governador escolheu o segundo colocado, o doutor Marrey. Tínhamos a ideia de lançar a lista tríplice. Percorremos o Estado levando aos promotores esta mensagem, no sentido de que fosse feita uma lista fechada com os três nomes, e que se nos integrássemos à lista ninguém faria qualquer postulação política visando a sua nomeação. Afinal, o nosso pleito não foi bem sucedido, o procurador doutor Marrey foi o mais votado. Tivemos a

honra de integrar este lista: eu fui o segundo colocado e o Pellegrini o terceiro.

Eu já estava prestes a completar o meu tempo, atuei 29 anos no MP, completei o meu tempo com tempo de serviço militar, e acabei me aposentado.

APMP: o senhor se preparou para a aposentadoria?

Sim. Eu sempre tive além do MP uma atividade paralela.

APMP: Qual era?

Magistério. Eu sou professor universitário há 37 anos. Sou aposentado pelo INSS, também. Quando eu me aposentei, sou professor de um prestigioso cursinho preparatório de São Paulo.

APMP: Qual era?

O Curso do Damásio. E quando me aposentei passei a exercer atividade plena no magistério, agora com disponibilidade. Durante cinco ou seis anos exerci esta profissão. A partir daí comecei um processo paulatino de diminuição destas atividades.

APMP: Como o senhor vê o MP hoje?

Eu tenho alguma preocupação. Eu vejo um MP diferente do MP que eu conheci talvez esse possa ser até um clichê dos promotores que mais velhos que você esta entrevistado. Quando nós ingressamos eu diria ate que havia um pouco de sacerdócio na nessa atividade. Nós não tínhamos uma remuneração com a dignidade que hoje existe. Nós nos expunhamos, como eu me expus quatro anos numa cidade que não tinha rede de esgoto, não tinha comunicação, havia fossa. E nos enfrentávamos aquilo, nós sentíamos realizado em assim o fazer. Eu tenho certa preocupação que a função possa, de alguma maneira, se burocratizar, digamos assim. E preciso que os promotores tenha um intercâmbio constante com a sociedade. E preciso que os promotores efetivamente se aproximem bastante da sociedade. Quanto à capacitação profissional, nenhum, continuo acreditando que o processo seletivo realmente traz para o MP

pessoas capazes e competentes. Talvez alguma preocupação no processo de politização, o próprio judiciário esta passando por situação semelhante, são envolvimento de natureza política que às vezes pode trazer algum prejuízo para a instituição, mas sempre olho para o futuro com otimismo. Eu confio no MP, confio nos promotores, nos jovens promotores, e sempre digo: se existe uma instituição que pode ser a salva guarda dos anseios do país é o Ministério Público.

APMP: Como o senhor vê a atuação da APMP?

A Associação é uma entidade de classe, obviamente os dirigentes da Associação devem, antes de tudo, zelar pelos interesses de seus associados, fazendo as postulações necessárias junto à procuradoria-geral de Justiça. A Associação tem história. Nós temos ex-presidentes da Associação que tiveram participação extraordinária junto ao processo Constituinte de 88: Claudio Ferraz Alvarenga, Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo. Há história. E continua cumprindo o seu papel. Ela presta excelente atendimento aos associados, isso é fato notório, registrado. Os promotores associados encontram atenção para resolver todos os seus problemas ligados a áreas das mais diversas: o atendimento que temos na informática é excepcional, em área do turismo, de assessoria, para visto, etc. é fundamental. E, exerce, claro, atuação política, é inerente esta atuação, buscando os interesses dos associados. Ela continua cumprindo o papel.